_ SEG _ Fernando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Eliz Lyra (quinzenal) _ Inês à Sertana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal)
_ TER _ Vinicius Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Dalmatta (quinzenal) _ QUI _ Vinicius Pereira _ Malu Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM _ Vinicius Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

MALU GASPAR

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
malu.gaspar@oglobo.com.br

A gente nunca está seguro

'A gente nunca está seguro', disse Lula na segunda-feira à Rádio CBN de Recife, quando questionado a respeito da operação da Polícia Federal sobre a "Abin paralela" — o esquema de espionagem ilegal que funcionou durante o governo de Jair Bolsonaro, mas que a PF sustenta ter sido encoberto pela Abin de Lula.

No dia seguinte, a Presidência da República trocou cinco diretores da agência, incluindo o número 2, Alessandro Moretti, acusado pela PF de atuar para barrar as investigações. Moretti nega. Afirma até que foi ele o primeiro a abrir uma sindicância para averiguar as denúncias de arapongagem. Quem conhece bem o inquérito, porém, diz que há diversos documentos mostrando como e quando ele tentou impedir que a apuração avançasse.

Tais papéis ainda não vieram a público, mas Lula parece convencido dessa versão, tanto que na CBN se referiu a Moretti como "um cidadão que mantinha relação com o Ramagem", referência ao diretor-geral da Abin na gestão Bolsonaro, alguém cuja presença no governo seria inadmissível.

Pois bem, Moretti caiu. Em outubro, o terceiro na hierarquia da Abin, Paulo Maurício Fortunato, já havia sido ejetado quando agentes da PF encontraram US$ 171 mil em dinheiro vivo num cofre de sua casa.

Até agora, o chefe de ambos, Luiz Fernando Corrêa, permanece firme no posto — o que preocupa aliados de Lula e intriga a cúpula da PF. Afinal, Corrêa também é alvo do mesmo inquérito, que promete ser mais uma longa novela judicial com capítulos bombásticos dirigida por Alexandre de Moraes. Lula sabe disso, mas não só mantém Corrêa, como diz ter "muita confiança" nele.

O chefe da Abin tem uma relação antiga com Lula. Comandou a própria Polícia Federal no primeiro governo Lula e ainda dirigiu a segurança do comitê organizador dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio, sob Dilma Rousseff. Mas a escolha dos dois subordinados o pôs na alça de mira desde o início. Moretti, que era diretor de inteligência policial da PF de Bolsonaro durante as eleições de 2022, acumulou desavenças com Andrei Rodrigues, que era o chefe de segurança da campanha de Lula. Fortunato foi diretor da Abin na gestão Ramagem, o que despertava muita desconfiança.

Nos primeiros meses do terceiro mandato, já no comando da PF, Rodrigues fez chegar a Lula suas impressões sobre o número 2 e o número 3 da Abin, e senadores da base lulista protelaram por dois meses a sabatina da Comissão de Relações Exteriores pela qual Corrêa precisava passar para assumir o cargo, em protesto contra a dupla. Ao depor, o indicado de Lula para a Abin foi enfático na defesa dos auxiliares. Disse que Moretti era "leal, disciplinado e de Estado" e que "provavelmente por ser inflexível na sua posição de Estado, deve ter desagradado setores". E afirmou que, se Fortunato, com seu currículo, não prestava para o cargo a que era indicado, ele mesmo, Corrêa, também não servia.

Dado o retrospecto da Abin, afirmações desse tipo são em si uma temeridade. Com origem no Sistema Nacional de Informações, o SNI da ditadura, a agência tomou a forma atual no governo Fernando Henrique Cardoso, com o propósito de assessorar os presidentes da República em questões relevantes para um chefe de Estado. Mas nunca se livrou da sombra da arapongagem.

Seus agentes protagonizaram escândalos como os do grampo do BNDES na época da privatização das teles do governo FH, em 1998, e das escutas ilegais no STF, que derrubaram toda a cúpula da Abin em 2008, no segundo mandato de Lula. Na era Dilma, em 2013, funcionários da agência foram acusados de monitorar ilegalmente o porto de Suape, de olho na campanha de Eduardo Campos à Presidência da República.

Tal histórico só mostra que, para certos personagens da política, a função das agências de inteligência é a espionagem pura e simples, a serviço do poderoso de turno. Bolsonaro escancarou publicamente essa noção ao reclamar, na famigerada reunião ministerial de abril de 2020, que a Abin não servia para nada e ao dizer que, por isso, mantinha "um sistema particular" de inteligência que "funcionava".

A investigação da PF revelou que esse "sistema particular" foi montado dentro do aparelho estatal, o que em tese deveria pesar apenas contra o próprio Bolsonaro. A suspeita de que tais desvios tenham sido jogados para debaixo do tapete também sob Lula ainda precisa ser mais bem esclarecida. O que já está evidente, porém, é o tamanho do desafio que a reformulação do nosso sistema de inteligência representa — e quanto o governo está perdido nessa seara. Sob esse aspecto, não estamos nada seguros.

ARTIGO

Cidade na linha de tiro

CECÍLIA OLLIVEIRA
E CARLOS NHANGA

Como é possível seguirmos indiferentes diante de tanto desprezo pela vida? Todo mês de janeiro sistematizamos dados sobre violência armada do ano anterior, e a cada ano o espanto se repete.

Poderíamos exemplificar esse espanto com muitos dados do Instituto Fogo Cruzado. Chamaremos a atenção apenas para dois deles, que dizem quase tudo o que precisamos saber.

O ano de 2023 foi o pior para as crianças que vivem no Grande Rio. Nunca morreram tantas pela violência desde que começamos a atuar, em 2016. Foram 25 crianças baleadas, como em 2018, ano da falaciosa intervenção federal. Os tiroteios dispararam naquele ano (o maior número da série histórica), e com eles disparou também o número de vítimas. Em 2018 morreram quatro crianças; em 2023 foram dez mortes.

A tragédia vivida pela Região Metropolitana do Rio fica ainda mais transparente se levarmos em conta que 2023 foi o ano em que houve menos tiroteios desde 2016. Ou seja, era para a situação estar melhor. Mas, ao contrário, foram menos tiros e mais crianças mortas.

Vimos também o risco e o medo tomarem conta da vida da população da Zona Oeste da capital. A região registrou aumento de 53% nos casos de disparos de arma de fogo em relação a 2022. Esse índice caiu em toda a Região Metropolitana, menos por lá.

Uma única rua da Zona Oeste consegue ilustrar o aumento das dinâmicas de violência. O Fogo Cruzado registrou, de janeiro a junho de 2023, 20 baleados somente na Rua Araticum, no Anil, em Jacarepaguá. Das 20 vítimas, 14 morreram. Apenas essa rua teve o dobro de baleados em relação a todos os bairros da Zona Sul carioca somados: dez no primeiro semestre do ano, com quatro mortes. O Anil está na área da Zona Oeste disputada por milicianos e traficantes.

Nunca morreram tantas crianças pela violência no Grande Rio desde 2016

Os confrontos na Zona Oeste chamaram nossa atenção ainda no primeiro semestre, e tentamos mostrar, por meio dos números, que algo grave acontecia ali. Os meses se passaram, e nenhuma medida foi tomada. O Rio de Janeiro não tem plano de segurança pública, vinha há anos sem uma secretaria dedicada ao tema, e o único programa apresentado pelo atual governo, até agora, parece ser decorativo.

Em 2023, o Programa Cidade Integrada completou um ano, e os resultados, quando não nulos, foram pífios. O programa se propõe a atuar em algumas áreas interpretadas pelo governo como mais violentas, como Jacarezinho ou Muzema. No Jacarezinho, o domínio do tráfico segue inalterado, e os indicadores de violência, com e sem a presença de agentes de segurança, pioraram entre 2022 e 2023 — respectivamente +77% e +50%. Na Muzema, a ocupação policial que faz parte do programa não impediu a tomada da região por traficantes.

A falta de governança e de um plano efetivo são responsáveis por manter o estado no noticiário nacional e a população refém da insegurança.

A série histórica do Fogo Cruzado mostra que marchamos há sete anos rumo a níveis cada vez mais assustadores de degradação da vida no Grande Rio. Quando o estado terá real interesse em interromper esse ciclo? Existe essa vontade?

Cecília Oliveira é diretora executiva do Instituto Fogo Cruzado e especialista em segurança pública, com foco em armas, violência e tráfico de drogas. **Carlos Nhanga** é coordenador regional do Instituto Fogo Cruzado no Rio de Janeiro

ARTIGO

A escola precisa judicializar os conflitos?

CAIO LO BIANCO E
JOÃO PAULO PRADO

Depois de um ano marcado pelo aumento significativo nos ataques a escolas e pelo suicídio de crianças e adolescentes, foi sancionada a Lei da Criminalização do Bullying e do Cyberbullying. Na verdade, a amplitude dessa legislação vai além da tipificação desses eventos, introduzindo medidas essenciais de proteção à infância e à adolescência contra a violência.

No entanto, no que diz respeito à criação dos crimes de bullying e cyberbullying, a lei mais parece, em certo sentido, ter efeito midiático. Ela destaca um tema de alta relevância, gerando discussões necessárias, mas, do ponto de vista jurídico e pedagógico, apresenta falhas. Parece que o legislador não considerou que tais atos são predominantemente praticados por menores, que não podem ser sujeitos a condenações penais.

Os atos praticados por crianças e adolescentes têm consequências previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não no Código Penal. Assim, a criação dos crimes de bullying e cyberbullying parece ser mais uma medida para chamar a atenção do que para abordar efetivamente o problema, dado que raros são os casos em que essas práticas são cometidas por maiores de idade.

Ademais, há a complexidade de identificar e delimitar o bullying, uma vez que, na escola, muitas vezes, o "agressor" também desempenha o papel de "vítima" ou vice-versa. Essa dualidade vítima/agressor pode contribuir para reforçar estereótipos e impor rótulos que aderem à pele dos alunos ao longo do tempo — como "garoto-problema" ou "menina agressora".

Tornar bullying e cyberbullying crimes parece ser mais medida para chamar atenção do que para abordar efetivamente o problema

Não negamos a importância de combater a violência nas escolas, mas a solução para o problema é complexa. Quem determinará se uma situação é bullying? Onde está o limite entre o bullying e as complexidades das relações humanas, que envolvem emoções como raiva, amor e ódio? A imposição de penalidades mais severas resolverá as transgressões e reduzirá a criminalidade?

Um componente crucial da lei é a exigência do Legislativo de que o Executivo se prepare melhor em relação a diferentes formas de violência. Isso inclui a criação de protocolos, envolvendo órgãos de segurança pública, saúde e a comunidade escolar, para estabelecer medidas de proteção. Nesse ponto, cabe lembrar que não há uma "fórmula mágica" para lidar com o bullying. Por isso é fundamental que esses protocolos incluam a escuta dos envolvidos na situação, reconhecendo que cada caso é único e requer uma abordagem individualizada.

Num cenário de aumento da violência, é importante que as instituições de ensino ofereçam, de forma intencional, espaços de escuta e de fala para a comunidade escolar. Ao conhecermos uns aos outros, compreendendo nossas vulnerabilidades e diferenças, as chances de recorrermos à violência são reduzidas. Precisamos pensar em maneiras de endereçarmos os conflitos naturais de uma escola por meio da linguagem e da palavra, evitando que resultem em episódios de agressão.

A noção de pacto social está cada vez mais distante das escolas, e é crucial lembrar que o problema da violência contra crianças e adolescentes não é isolado. A escola é sintoma de uma sociedade mais agressiva. Restabelecer os laços sociais não será possível pela judicialização e terceirização de conflitos e dilemas. É necessário um esforço coletivo para promover uma cultura de respeito nas instituições de ensino, visando à construção de um ambiente seguro para todos.

Caio Lo Bianco é CEO e idealizador do Laboratório Inteligência de Vida, **João Paulo Prado** é vice-presidente do Grupo Saita Educação